

OUTORGA DO TÍTULO DE PROFESSOR *HONORIS CAUSA*' DA UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA AO PROF. WILLIAM SAAD HOSSNE² DISCURSO DO PROFESSOR HOMENAGEADO POR OCASIÃO DA CERIMÔNIA³

Há 58 anos atrás pisei pela 1^o vez em Salvador; tinha 22 anos de idade, era um mero estudante de Medicina.

Passei 7 dias inesquecíveis; quase deixo de voltar para São Paulo.

Como Presidente do Departamento Científico do C. A. O. Cruz vim participar da III Semana Brasileira de Debates Científicos, evento realizado por estudantes de Medicina do país.

Foi amor ao primeiro contato; senti que a cidade, além de bela e encantadora, tem alma generosa, exala poesia nas suas paisagens, na sua musicalidade, nos seus ruídos, no seu perfume e, sobretudo, no calor humano.

No espaço de 5 dias, vim a pé, por duas vezes, à noite, de Amaralina ao Canela, interrompendo a caminhada com mergulhos nas ondas costeiras; tal foi o efeito da sereia baiana. Meus colegas tiveram dificuldade em me convencer a arredar o pé do mercado para irmos às reuniões; me deslumbrei com o que via e sentia. Subi, seguidamente, várias vezes pelo elevador Lacerda, como moleque.

O encanto da prosa com as colegas baianas me fez esquecer até horário do vôo e perder a viagem, o que aliás, foi ótimo, dando-me mais um dia de Bahia.

A isso tudo se somou a alegria de ter o trabalho científico premiado. Foi o primeiro prêmio de minha vida. Não era qualquer prêmio. O prêmio trazia o nome de um professor emérito da Medicina Brasileira, o Prof. Antonio Prado Valladares, o que estufou meu orgulho.

O que eu não sabia, e fiquei sabendo pela memorialista Eliane Azevêdo é que Prado Valladares foi o primeiro aluno premiado com viagem à Europa quando estudante e foi o primeiro a ter sua fotografia no Pantheon. O tempo passou, muita coisa aconteceu, o mundo mudou. Mas não mudou meu amor pela Bahia.

E, hoje, aqui estou para receber o título de Doutor *Honoris Causa*.

Dá para avaliar a minha emoção?

Doutor *Honoris Causa* pela Universidade Federal da Bahia, por intermédio da 1^a Faculdade de Medicina do país, no ano do seu bicentenário. Foi aqui que tudo começou.

E é aqui que, no dia de hoje, me sinto acolhido, recebo acolhimento.

E o que é acolher, ou dar acolhimento?

É abrigar, receber, admitir, aceitar, agasalhar, amparar, dar refúgio.

Por isso, quem acolhe é magnânimo, e magnânimo é quem tem grandeza de alma; para ser magnânimo há que ser generoso, há que ter longanimidade, isto é, firmeza de ânimo e sobretudo, bondade.

O acolhimento implica, de certa forma, em alguma outorga a quem é acolhido; isto é, se concedem, se permitem, se facultam, se consentem, se reconhecem, se atribuem privilégios e ou “direitos” a quem é acolhido.

Mas, a outorga tem 2 faces: a dos direitos ou privilégios e a dos deveres.

Quais seriam os privilégios ou os direitos?

Genericamente, pode-se dizer, consistem no direito de pertencer à comunidade como membro agregado.

E quais seriam os deveres?

- Identificar-se com as aspirações e com a alma da comunidade e da Instituição acolhedora;
- Prestar colaboração sincera, mesmo que ínfima e singela, dentro do ideário da comunidade;
- A colaboração será sempre um dever, não um direito;
- Fazer-se presente e prestativo sempre que solicitado;
- E se não for solicitado, calar-se?

Sim, quando o silêncio for o indicado.

E não calar-se, quando o ideário tiver que ser protegido.

Embora os Estatutos da Universidade não tenham nenhuma disposição quanto a “direitos” e deveres do Doutor *Honoris Causa*, creio que o ritual tem todo esse sentido.

De minha parte, declaro solenemente, nesse momento meu compromisso com todos os deveres e meu profundo agradecimento pelo privilégio de merecer acolhida na comunidade da Universidade Federal da Bahia.

Isso basta? Talvez sim.

Então, para o bem estar de todos, talvez fosse prudente, como sofrósina e phronesis aristotélicas, encerrar aqui minha fala.

Contudo, diante do peso da tradição e do profundo respeito por essa bicentenária Instituição, acabei sucumbindo à tentação de, humildemente, tecer algumas considerações; aceito o risco e me penitencio antecipadamente, pela ousadia. Falei de direitos e de deveres. Creio que direitos e deveres devem se articular, constituindo uma harmonia, uma espécie de peça musical.

E, nesta peça cabe um interlúdio, um intermezzo?

Fugindo da prudência e assumindo os riscos do ato, ousou dizer que entre direitos e deveres, há, de fato um intermezzo,

¹ Proposto pela Congregação da Faculdade de Medicina da Bahia (FMB) ao Conselho Universitário da Universidade Federal da Bahia (UFBA).

² Professor Emérito da Faculdade de Medicina de Botucatu da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (UNESP), Campus de Botucatu (São Paulo). Coordenador da Pós-Graduação em Bioética do Centro Universitário São Camilo (São Paulo, SP). E-mail: secretariamestrado@saocamillo-sp.br.

³ Em 30 de Março de 2009, no Salão Nobre do Palácio da Reitoria da UFBA.

um espaço de interação entre quem acolhe e quem é acolhido. Espaço para que? Espaço para manifestação, propiciando oportunidade e liberdade de fala, uma espécie de isegoria.

Espaço para um sussurro ou melhor uma invocação, invocação revestida de súplica ou de roga, ainda que seja para mitigar a angústia de algumas inquietações.

Quais inquietações? No meu caso, são inúmeras. Ao chegar à terceira idade algumas, acabaram sendo equacionadas, mas, paradoxalmente, geraram muitas outras.

Tenho procurado entendê-las, invocando o fato de que isso ocorre porque temos o privilégio, ou seria melhor dizer a responsabilidade, de pertencermos a uma entidade, afirmemos desde logo, uma entidade social, *sui-generis*, a Universidade.

Nascida na Idade Média (seria realmente Idade das Trevas?), há 9 séculos, de modo espontâneo, logo se transformou em corporação, numa época marcada pelo nascimento de várias corporações.

Contudo, dentre as poucas corporações que sobreviveram, uma delas é a Universidade.

E, note-se, foi uma corporação que sofreu e tem sofrido, no decorrer dos séculos, uma série de investidas vindas de vários setores da sociedade.

Lembremo-nos de luta “Gown and Town” em Oxford, das lutas sangrentas em Paris, com greve de 2 anos, do surgimento dos Goliardos com sua Carmina Burana, das lutas contra as Comunas em Bolonha.

A Idade Média foi marcada, entre outros fatos, pelo feudalismo e pelas corporações, em geral, e pela Universidade como corporação.

As corporações procuravam obter o reconhecimento de um conjunto de interesses e objetivos.

Com o decorrer do tempo e, sobretudo com as revoluções democráticas (inglesa, francesa e norte-americana) e sob a influência do pensamento de filósofos como Kant, Spinoza e John Locke, esta estrutura é sacudida; é aí que nasce o princípio da autonomia, isto é, da autodeterminação, um dos pilares da ética e da bioética.

O curioso é que este conjunto de fenômenos leva à extinção da quase totalidade das corporações. Mas, a Universidade, não; pelo contrário, como explicar o fato?

A explicação está na concepção e no uso que as corporações deram à liberdade. Nas outras corporações ocorreu, segundo Anísio Teixeira, o que se poderia chamar de “liberdade organizada”, organizada para assegurar alguns “direitos” ou vantagens a seus membros. Na Universidade ocorreu a “institucionalização” da liberdade, como elemento de valor.

Nas outras corporações a liberdade (organizada) foi usada para criar ou assegurar privilégios na Universidade, a liberdade como parte da Instituição foi usada, para coibir ou inibir privilégios ou vantagens. Nas outras corporações a liberdade foi instrumentalizada para a prática de iniquidades; na Universidade a liberdade foi peça de sustentação para a equidade, aqui entendida, como dizia Aristóteles, como forma de corrigir a própria justiça para que não haja injustiça.

Assim, nas outras corporações a liberdade era um privilégio; na universidade a liberdade é uma responsabilidade.

Nas outras corporações a liberdade (organizada) levou, paradoxalmente, à coação; a corporação tornou-se coatora. Na Universidade, apesar de soar como trocadilho, a liberdade levou a libertação, sem coação, sem coerção.

O que tudo isso significa?

Significa que as outras corporações nem sempre tiveram comportamento eticamente adequado; isso, aliás, foi o que as levou à desagregação e até mesmo à extinção.

A Universidade, ao contrário, não só procurou ter comportamento ético, como assumiu que a ética é, também um exercício associado intrinsecamente às funções da Universidade.

E por quê?

Porque a Universidade lida com valores e onde há valores há ética.

Onde há ética, há opção de valores e para haver opção é indispensável que haja liberdade. Por isso não há Universidade sem ética. Não há ética sem liberdade. Logo, não há Universidade se não houver liberdade. A Universidade não existe sem liberdade e conseqüente autonomia.

E a sobrevivência da Universidade, como corporação, ocorreu exatamente porque ela cultivava a liberdade. As demais corporações, de libertadoras que eram (liberdade organizada) se tornaram coatoras.

Outras vertentes de pensamento também justificam a essencialidade da autonomia. Vejamos.

Não obstante as investidas, a Universidade, não só resistiu, mas cresceu e se reproduziu. Afinal, foi da secessão que, das Universidades espontâneas, surgiram várias outras. Assim, em conseqüências das investidas contra a Universidade espontânea de Paris surgiram as Universidades de Orleans e Angers, das investidas à Universidade de Oxford surgiu a de Cambridge, da Universidade de Bolonha, a de Pádua.

E, em pouco tempo, tanto o poder secular como o religioso procuraram tutelar a Universidade.

Por que isso tudo? Por que investir e, ao mesmo tempo, procurar criar e tutelar tal tipo de Instituição? Por que o aparente paradoxo?

É porque logo se percebeu que, de fato, a Universidade é uma entidade *sui-generis*, com características específicas. Desde logo se percebeu que a Universidade é uma Instituição capaz de causar as maiores mudanças sociais e políticas e, ao mesmo tempo, se percebeu que, se domada, pode vir a ser um excelente instrumento para a manutenção do *status quo*. Daí as tentativas de atrelá-la ao poder dominante.

Ocorre que a Universidade, ainda que tenha passado e possa vir a passar por períodos de obscurantismo e de sufoco, tem a capacidade de renascer (quase sempre) e vir a exercer sua vocação essencial.

E, para isso, a Universidade deve gozar de autonomia, tópico que, de tanto ser abordado, corre o risco de ser banalizado. No entanto, essa luta vem desde o nascimento da Universidade.

Em época de autoritarismo, como por exemplo, no Estado Novo ao ser promulgado o Estatuto do Magistério Superior (curioso que não tínhamos ainda Universidade), se afirmava que a autonomia era tão importante, que se configurava como um bem que não pode ser concedido, mas que deve ser conquistado. E, desde sempre, lutamos para conquistá-lo. E o preço tem sido, às vezes, muito caro. Que o diga o grande bahiano de Caitetê, Anísio Teixeira, e, mais recentemente, vários outros colegas. Vale repetir.

E, por que a Universidade deve ter autonomia? É justamente para poder exercer plenamente suas funções e satisfazer sua autêntica vocação. Autonomia entendida não como privilégio, nem como soberania, mas entendida como prerrogativa e responsabilidade.

Inquieta-me ver que, não raramente, os dirigentes das Instituições universitárias são escolhidos apenas pela sua filiação político partidária. Obviamente que os dirigentes podem ter filiação partidária, mas a Universidade não pode ser instrumentalizada. Além do mais, o dirigente deve representar a Universidade perante a Sociedade e o Poder Executivo, pois ele não é representante ou interventor do Poder na Universidade.

Isso não significa alienação da Universidade, fechada em torre de marfim, pelo contrário, cabe a ela, como entidade social, desempenhar seu profundo papel no desenvolvimento social e político da sociedade como um todo. Sua atuação, neste processo integrativo, porém, deve ser exercida respeitando sua natureza e sua essência, não se permitindo seu uso como mero agente burocrático-administrativo ou sua instrumentalização como órgão substitutivo de agências do próprio governo. Colaborar sim, substituir, não.

Mas, a autonomia é também indispensável por outras características da instituição Universidade.

A Universidade vive e oferece permanentemente um clima e um estado dinâmico de ambivalências e desafios que exigem opções, opções não raramente angustiantes.

As ambivalências, além de complexas e múltiplas se alteram constantemente e, por isso mesmo, as opções, diante da mesma ambivalência, não podem ser padronizadas. Exigem reflexão crítica e opção de valor, vale dizer, ética, pois ética, diferentemente de moral, é um juízo crítico sobre valores, não raramente em conflito (dilema ético) que levam a uma opção. Por isso não existe ética sem liberdade.

Liberdade para quê? Para opção de valores, sem coação, sem coerção, sem falsidade.

Daí, a necessidade de autonomia.

Obviamente a liberdade de opção pressupõe responsabilidade.

Enfrentar a responsabilidade da opção, bem como vivenciar sentimentos e situações de ambivalência pode gerar sensações de realização ou frustração, de satisfação e de euforia ou depressão.

A natureza e o tipo de ambivalência da Universidade são, quase sempre, de tal ordem que mexem de modo profundo em cada um de nós.

Há alguns anos, como Reitor de uma Universidade federal, elenquem como exemplo:

- A ambivalência entre o cumprir e o questionar;
- A ambivalência entre o ousar e o acomodar;
- A ambivalência entre o que se espera e o que se é capaz de fazer;
- A ambivalência entre o despojamento e a usurpação;
- A ambivalência entre a submissão e a desobediência civil;
- A ambivalência entre o impor e o dialogar;
- A ambivalência entre o julgar e o ser julgado;
- A ambivalência entre o eu e “os outros”

Essas e outras ambivalências (inquietações?) são constantes na vida universitária; assumem características e feições peculiares a cada momento; são interatuantes e inerentes à instituição; são da essência da Universidade. Exigem preparo e clima apropriados. Qual tem sido o preparo do homem e da mulher da Universidade neste sentido? Qual o caminho?

Qualquer que seja o caminho a ser indicado, ele implicará em autonomia, respeito, humildade, sinceridade, honestidade e responsabilidade dentro do clima de liberdade e cultivo da dignidade do ser humano.

Um dos erros deliberado ou não, é o de querer tratar a Universidade dentro de óticas e métricas comuns, válidas para várias instituições corporativas, porém, não para a Universidade.

Para a Universidade a ótica e a métrica têm que ser diferentes, dado o caráter específico, *sui-generis*, da Universidade.

Assim, por exemplo, enquanto a estrutura de outras instituições reside em ausência de contestação, a Universidade tem que contestar.

Enquanto várias corporações podem, em nome da preservação do próprio espírito corporativo, acobertar e absorver erros cometidos, a Universidade não deve e não pode ter tal comportamento. Quando a Universidade toma semelhante atitude, ela sempre pagará um preço caro e, curiosamente no sentido de destruição do espírito da própria corporação; há uma espécie de rejeição.

Outras instituições se alicerçam em princípios e normas inquestionáveis, que lhe dão força; obedecem a modelos de hierarquia segundo padrões inflexíveis. A Universidade, que abriga a cultura e a ciência, com permanentes interrogações e dúvidas, não pode ter normas inflexíveis.

Várias corporações não podem sequer admitir situações reais ou até mesmo aparentes de vulnerabilidade, em qualquer sentido. A Universidade, ao contrário é uma instituição sempre e continuamente sujeita à vulnerabilidade, apesar da sua força. E isso porque ela tem que se expor, tem que ousar, para concordar, para discordar ou parra confessar incapacidade. Disso ela se retroalimenta.

Além do mais, a Universidade é uma instituição que está sempre em crise.

A Universidade verdadeira é sempre crítica; ela é, de certo modo, um ser “subversivo”. Ela é, antes de mais nada, crítica

de si mesma e assim deve ser para poder evoluir e, sem evolução, não é Universidade.

Ela pode ser até, às vezes, compreensiva e tolerante como outras instituições; faz parte mesmo da Universidade analisar, compreender, entender e ajudar a corrigir os “erros” dos outros; a Universidade, porém, não pode ser “tolerante” com seus erros.

A tibieza, as pequenas mazelas, os conchavos espúrios, que podem ocorrer em outras instituições não são aceitos quando praticados na Universidade.

O papel crítico da Universidade, exercido em diversos momentos e cenários da história da humanidade, sempre foi e sempre será um desafio pra a Universidade. E, para isso, deve existir autonomia.

Esses fenômenos ocorrem no mundo todo, independentemente de modelo da Universidade.

A meu ver, os “modelos” se é que se pode falar em “modelo” de Universidade, no mundo todo, passam, no momento, por uma fase de exaustão de modelo, inclusive em países em que Universidade está alicerçada em vários séculos de experiências.

No Brasil não se tem longa tradição, a não ser as primeiras Faculdades de Medicina e de Direito e aqui está a Faculdade de Medicina da Bahia, da Universidade Federal da Bahia.

Muitos de nós somos mais velhos do que a maioria das Universidades brasileiras.

Num certo sentido, somos a história e a tradição da Universidade; somos, no conjunto, o passado, o presente e o futuro. Podemos não ter, como Universidade, a força do tempo, mas temos, talvez, a força do entusiasmo e do desafio. Temos maior flexibilidade, temos suficiente massa crítica, para não mais apenas copiarmos modelo ou modelos, mas de construir modelo ou modelos.

Há que se aproveitar o passado, a experiência acumulada, os valores estabelecidos, mas há que ousar, com sobriedade, com senso crítico, com equilíbrio, com responsabilidade, com humildade, com grandeza e, sobretudo, com solidariedade e participação, com dignidade e com liberdade.

Se até aqui procurei compartilhar inquietações, permitame agora, prezados colegas, apresentar não mais uma inquietação, mas sim, uma esperança.

Esperança ou desejo? Realidade ou sonho?

Julgo ser um desejo, uma esperança e, gostaria de crer, ser uma realidade, não uma fantasia. Pode ser um sonho, mas um sonho possível de ser concretizado.

Há cerca de 26 séculos atrás, a humanidade viveu um momento que veio a marcar profundamente a trajetória do ser humano na superfície do planeta.

Há cerca de 26 séculos, ocorreu, a meu ver, um tríplice nascimento; nasceram, quase ao mesmo tempo, a filosofia, a medicina e a democracia; esta como sistema sócio-cultural.

Nasceram os 3 entes, cada um com forte personalidade própria, mas ao mesmo tempo altamente receptivos, cada um deles, à personalidade do outro, respeitando-se mutuamente e interagindo fortemente entre si.

Medicina e filosofia, sob o signo de liberdade própria da democracia, se imbricaram, se estruturaram, se implantaram e se desenvolveram, a tal ponto, que muito dos 3 entes, em conjunto, formam a base da Paidéia, isto é, a formação do homem grego e da cultura ocidental.

Ilustra o fenômeno a afirmação de JAEGER (Paidéia) ao dizer:

“Pode-se afirmar, sem exagero, que sem o modelo da Medicina seria inconcebível a ciência ética de Sócrates, a qual ocupa o lugar central nos diálogos de Platão. De todas as ciências humanas então conhecidas, incluindo a Matemática e a Física, é a Medicina a mais afim da ciência ética de Sócrates”.

Jaeger dedica todo um capítulo à Medicina como Paidéia, entendida como educação, formação, ensino de valores, estruturação e desenvolvimento de caráter e volta a insistir “os filósofos assimilam no seu pensamento conhecimentos da Medicina, como Anaxágoras ou Diógenes de Apolônia, ou são simultaneamente filósofos e médicos como sucede com ALCMEON, EMPEDOCLES e HIDON”.

“E, por sua vez, esta fusão de interesses não deixa de repercutir sobre os médicos que agora tornam, em parte as teorias da “physis” (isto é, natureza ou essência das coisas) dos filósofos para a base das suas próprias doutrinas, como se pode ver em algumas das chamadas obras hipocráticas.”

De fato, Hipócrates tornou-se o pai da Medicina, tirando-a do terreno da magia e da superstição, justamente a partir das teorias físicas ou teorias da physis dos primeiros filósofos.

Diziam eles que a natureza das coisas e dos fenômenos, isto é, a sua physis pode vir a ser conhecida.

E, Hipócrates assume esta postura ao afirmar que a natureza das doenças, isto é, sua physis, também, pode vir a ser conhecida, mediante o uso da observação cuidadosa e do uso da razão. Nasceu, assim, o raciocínio clínico a partir dos sintomas e sinais.

Ao estabelecer que o conhecimento da physis das doenças pode ser alcançado, Hipócrates considerou que tal fato constituía um processo que pode ser aprendido e que pode ser ensinado; nasceu assim, a teknê iatrikê ou seja a técnica (como processo criativo) e a “ars medica” (dos latinos).

O forte pensamento filosófico, em particular, no ramo da ética, fez Hipócrates perceber imediatamente que tal processo da teknê iatrikê implica em forte relação humana entre o médico e seu paciente e que esta relação é absolutamente assimétrica. Era indispensável pois que a recém-nascida Medicina tivesse de imediato, intenso balizamento humanístico e ético.

Da visão humanística, Hipócrates destacou a “philia”, isto é, da amizade com amor entre o médico e o paciente; philia de um ao outro, nos dois sentidos.

Da necessidade de balizamento ético estabeleceram-se, já naquela época, os princípios éticos da não maleficência, da beneficência, ao lado da privacidade, do sigilo, da equidade e do respeito humano.

Essas intersecções entre filosofia e medicina só poderiam ocorrer em espaço e tempo em que, graças a Solon, Clístenes

e Péricles, houvesse se implantado a democracia, como sistema social.

Retorno a Jaeger, com ele concordando, quando diz que, “a partir daí, embora não sem contestações, a Medicina vai-se tornando, cada vez mais parte integrante da cultura geral”.

Concordo ainda com Jaeger, mas com forte sentimento de apreensão, quando afirma que a “Medicina, na cultura moderna, não chegará nunca a reconquistar essa posição.”

É aí, exatamente que surge minha esperança, meu desejo ou meu sonho.

Acredito que estamos, no momento, assistindo ao renascimento daquela tríplice nascimento ocorrido há 26 séculos.

Espero e desejo que de fato isso esteja ocorrendo e que saibamos perceber e vivenciar a beleza e a riqueza de valores que daí possa advir.

Mas, qual é esse fenômeno ou acontecimento que pode se configurar como oportunidade para o tríplice nascimento? É o surgimento da Bioética.

A Bioética autêntica, não a Bioética ideologizada ou folhetinesca, não a Bioética do vedetismo e do modismo, mas a Bioética como área específica do conhecimento e do saber humano.

Por que a Bioética pode representar o tríplice renascimento?

É porque a Bioética, enquanto ética nas e das ciências da vida, da saúde e do meio ambiente, se reveste de características altamente propícias ao fenômeno.

A Bioética traz para as ciências humanas os fenômenos, não apenas da Medicina como há 26 séculos, mas os da vida em geral e das ciências da saúde em especial. Ao mesmo tempo em que traz os fatos das ciências naturais para as ciências humanas também as leva, em particular, o da filosofia, para as ciências naturais.

E, importante, essa interação se faz sob a ótica do pluralismo, ensejando a multi, a inter e a transdisciplinidade. Traz a Bioética a necessidade de análise e do juízo crítico de valores, relacionadas aos avanços do conhecimento, mas também a nova visão sobre os problemas já existentes. E o faz com olhar voltado para o presente e para o futuro da humanidade.

Além do mais é requisito essencial para o exercício da Bioética à liberdade.

Fazem, a meu ver, parte essencial da Bioética, enquanto reflexão crítica, com opção de valores, os referenciais da não maleficência, da beneficência, da autonomia, da justiça, da equidade, da prudência (como *Sophrosyne* e *Phronesis*), da vulnerabilidade, da alteridade, do altruísmo, da dignidade humana, da solidariedade.

Saibamos aproveitar o que o destino nos oferece.

Encorajam-me a apresentar essa esperança, esse desejo ou esse sonho, a tradição, o passado, o presente da Faculdade-mãe, bicentenária, no momento em que generosamente me acolhe neste chão, procurando honrar o dito pelo médico e poeta Antonio Carlos Nogueira Britto e consagrado na Placa do Terreiro de Jesus:

“Atentai, ó vós que estais a pisar este chão

Este chão é sagrado

Este chão, este solo, esta terra são ungidos, são consagrados São abençoados pelos Deuses da Medicina.

Este é o chão do Santuário da Medicina Primaz do Brasil”.

Externo meus agradecimentos a todos, nas pessoas do Magnífico Reitor, Naomar, do Excelentíssimo Sr. Diretor Prof. Tavares, a sempre Magnífica Eliane Azevêdo, aos meus colegas e amigos da Medicina, aos colegas das outras áreas e a magnanimidade dos cidadãos desta terra encantadora chamada Bahia.

Ao finalizar, tomo a liberdade de empregar uma frase pronunciada por mim em solenidade semelhante:

“Que tudo isso, a que me referi trazido pelo olhar à frente, ocorra de maneira firme, embora suave, de forma harmônica, salutar, repleta de sentimentos de felicidade, embora com angústias, lembrando sempre que o que faz a diferença são os pequenos grandes gestos, atos ou atitudes: um aperto de mão ou um abraço na hora certa da incerteza, do sofrimento ou da angústia, o sorriso cúmplice dos segredos puros, o silêncio solidário, o olhar compreensivo, a indulgência nos momentos de dúvida, a palavra, uma só, vinda do coração e da mente ou, de um só deles.”

No meu caso, a palavra vem do coração e da mente, emerge bem do fundo da alma e esta palavra é obrigado.